

REVISTA JURÍDICA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. São Paulo: ESMP, v. 5, 2014. Disponível em: <[http://www.esmp.sp.gov.br/revista\\_esmp/index.php/RJESMPSP/issue/view/10/showToc](http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/issue/view/10/showToc)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<b><u>Apresentação</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Marcelo Pedroso Goulart</i></b>	<b>12</b>
<b>Artigos</b>	
<b><u>LE MINISTÈRE PUBLIC EN MATIÈRE PÉNALE - ASPECTS DE DROIT COMPARÉ</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Jean Pradel</i></b>	<b>13 - 24</b>
<b><u>AFERIÇÃO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA COMINADA À INFRAÇÃO PENAL: UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE (IN)CORRETA</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Emerson Garcia</i></b>	<b>25 - 42</b>
<b><u>A TEORIA DOS MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO E A CORRUPÇÃO</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Alexandre Rocha Almeida de Moraes</i></b>	<b>43 - 68</b>
<b><u>VULNERABILIDADE: ANÁLISE DE UM NOVO PARADIGMA PARA OS CRIMES SEXUAIS</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>André Vinícius Monteiro</i></b>	<b>69 - 98</b>
<b><u>O PRINCÍPIO FAVOR REI NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Laryssa Saraiva Queiroz</i></b>	<b>99 - 116</b>
<b><u>A MENTIRA DO RÉU COMO ELEMENTO RELEVANTE NA DOSAGEM DA PENA</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Cleber Pereira Defina</i></b>	<b>117 - 144</b>
<b><u>A MUDANÇA DA CULTURA JURÍDICA DE DROGAS NO BRASIL: A VISÃO DO USUÁRIO DE DROGAS SEGUNDO A LEI Nº. 11.343/2006</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Joálisson Gusmão de Sousa</i></b>	<b>145 - 164</b>
<b><u>Fundamentos e concepções básicas de direitos humanos e fundamentais.</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Fabricio Agnelli Barbosa</i></b>	<b>165 - 186</b>
<b><u>A INTERPRETAÇÃO DO OBJETO DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: ALCANCE E REFLEXOS SOBRE AS RESTRIÇÕES À LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u></b>	<b><u>PDF</u></b>
<b><i>Aline Paula Picone</i></b>	<b>187 - 216</b>

<b><u>PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS</u></b> <i>Paulo Ernani Bergamo dos Santos</i>	<b><u>PDF</u></b> <b>217 - 239</b>
<b><u>A DRU E A "CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE INVERTIDA" – O DIREITO ECONÔMICO E SOCIAL À DISPOSIÇÃO DO DIREITO FINANCEIRO</u></b> <i>Paulo Vitor Bergamo Braga</i>	<b><u>PDF</u></b> <b>240 - 254</b>
<b><u>AFETO: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA</u></b> <i>Andreza Grisi Macedo de Almeida</i>	<b><u>PDF</u></b> <b>255 - 283</b>
<b><u>A COMPARAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA E A DO GABINETE DO PROCURADOR NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL</u></b> <i>Vivian Baptistella Fernandes, Vivian Baptistella Fernandes</i>	<b><u>PDF</u></b> <b>283 - 308</b>